

A Orientação Profissional e o Significado do Trabalho¹

Edite Krawulsk²

Resumo - Este artigo baseia-se em parte do corpo teórico da dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal de Santa Catarina sobre a evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores atualmente. São destacadas as diferentes conceituações de trabalho e examinados os distintos momentos históricos com seus contextos e relações específicas de trabalho. Procura-se ainda analisar a questão do significado do trabalho, enfatizando seu papel no preenchimento de necessidades psicológicas humanas, além do provimento da subsistência, buscando uma reflexão sobre a prática da Orientação Profissional inserida neste contexto.

Abstract - This article is based partly of the theoretical body of the dissertation of Mestrado presented to the course of Masters degree in Administration of Santa Catarina's Federal University about the evolution of the work concept through the history and its perception for the workers at this moment. They are detached the different work concepts and examined the different historical moments with its contexts and specific relationships of work. It is still tried to analyze the subject of the meaning of the work, emphasizing its role of filling the human psychological needs, besides providing its subsistence, looking for a reflection on the practice of the Professional Orientation inserted in this context.

Key words: concept and meaning of the work, historical evolution of the work concept, work contexts and Professional Orientation.

Introdução

A escolha profissional configura-se como um processo que inevitavelmente remeterá os jovens à sua inserção em uma realidade multiprofissional e em um mercado de trabalho em constante transformação. Ao procurar atendimento de Orientação Profissional, subjacente à necessidade de **auxílio na escolha de um curso**, encontramos a inquietação em definir uma profissão a ser seguida, ou seja, uma ocupação profissional.

¹ Este artigo sintetiza parte da dissertação de Mestrado defendida pela autora junto ao Curso de Pós-Graduação em Administração da UFSC em 1991.

² Psicóloga, Mestre em Administração, Professora Assistente do Departamento de Psicologia da UFSC. Pesquisadora do LIOP – Laboratório de Informação e Orientação Profissional. Endereço: www.cfh.ufsc.br/~liop ou liop@cfh.ufsc.br.

A partir de uma postura de facilitação da escolha, na prática de Orientação Profissional, consideramos fundamental, por um lado, propiciar o **acesso a informações** essenciais a esta escolha, relativas às profissões, cursos, mercado, oportunidades e tendências de trabalho, e, por outro, suscitar uma **reflexão sobre o significado do trabalho** para o sujeito em escolha.

Escolher uma profissão significa, em sentido mais amplo, escolher a atividade laboral à qual será dedicada boa parte da vida futura. Neste sentido, a escolha profissional nos remete ao conceito de trabalho enquanto categoria que constitui a mediação entre o indivíduo e a sociedade e, através dela, a concretização das determinações individual e social presentes nesta escolha.

Desde que o homem pré-histórico passou a dominar formas elementares de execução de atividades hoje tidas como primitivas, como a caça, a pesca ou mesmo rudimentos de agricultura, o trabalho figurou como ocupação básica da humanidade, atendendo unicamente a tal propósito, vindo a tornar-se fator de produção apenas com o advento da Revolução Industrial e expansão do capitalismo, há aproximadamente dois séculos.

Diferentemente do que ocorreu até então, instalou-se a partir daí uma transformação histórica particular, na qual ocorreu a supressão de um sistema econômico e sua substituição por uma nova ordem econômica, que passou a dominar e controlar o tecido institucional e social, alterando, em consequência, **valores substanciais relativos ao trabalho e sua significação para os indivíduos**. Em decorrência, a relação indivíduo-trabalho hoje é complexa, delicada e dependente de fatores múltiplos, dentre os quais aqueles de ordem pessoal, os vínculos estabelecidos com as tarefas e o próprio local de trabalho. Estes fatores, combinados, vão consolidar **uma significação do trabalho singular para cada indivíduo**, num processo essencialmente subjetivo.

No presente texto destacamos as diferentes conceituações de trabalho e examinamos os distintos momentos históricos com seus contextos e relações específicas de trabalho, procuramos analisar a questão do significado do trabalho, enfatizando seu papel no preenchimento de necessidades psicológicas, além do provimento da subsistência, buscando uma reflexão sobre a prática da Orientação Profissional inserida neste contexto.

O que é o Trabalho

Considerado em sua mais ampla acepção, o trabalho pode ser concebido como o exercício da atividade humana, quaisquer que sejam a esfera e a forma sob as quais esta atividade seja exercida.

Na linguagem cotidiana, **a palavra trabalho possui muitos significados**, quase sempre conotando a ação do homem para sobreviver e realizar-se. Segundo Bueno (1988), trabalho é um termo masculino que, em sua forma substantiva, quer dizer: exercício, aplicação de energia física em algum serviço, numa profissão, ocupação, mister, ofício, labuta, esforço; esmero, cuidado, dedicação,

feitura de uma obra; a própria obra já executada; livro, compêndio; escultura, pintura; aflição, sofrimento; parto.

Etimologicamente, a literatura evidencia que a maioria das línguas da cultura européia apresenta mais de uma significação para trabalho. Em português encontram-se as palavras labor e trabalho como sinônimas; no entanto, na palavra trabalho estão igualmente implicados os dois significados: a realização de uma obra expressiva, criadora e permanente, por um lado, e o esforço rotineiro, repetitivo e consumível, por outro.

Muitos autores, ao conceituar trabalho, enfatizam o fato de que também os animais, a seu modo, o realizam, mas o trabalho animal, como o das formigas ou das abelhas, é produto de comportamentos instintivos, enquanto o que caracteriza o trabalho humano é a adaptação a situações imprevistas e a fabricação de instrumentos, bem como o fato de ele ser consciente e proposital, na medida em que o resultado do processo existe previamente na imaginação do trabalhador (Braverman, 1987; Friedmann, 1973).

Como toda ação humana, as atividades laborais, via de regra, têm seu ponto de partida na insatisfação. A extração, criação, produção ou transformação delas decorrentes ocorrem porque há um estado de privação. As necessidades para cuja satisfação se trabalha originam-se em um aspecto de ordem biológica, segundo o qual o instinto de conservação do indivíduo e da espécie o impele a adquirir os meios de satisfazer suas necessidades vitais. No entanto, um outro aspecto, de ordem psicológica, faz com que o homem, no processo de satisfação de suas necessidades primárias, através dos frutos do seu trabalho, alcance sua auto-realização em alguma proporção (Schoeck, 1985).

Os aspectos biológico e psicológico, em conjunto, conferem ao trabalho um caráter sociológico, na medida em que indivíduos e grupos se congregam no esforço comum, favorecendo, a um só tempo, o progresso e os vínculos de cooperação e solidariedade, uma vez que o trabalho, além de gerar os artefatos necessários à subsistência do homem, engendra a vida social, sendo simultaneamente por ela determinado (Ferreti, 1988).

De nossa parte, entendemos o trabalho como meio de proporcionar a satisfação das necessidades, mas também de permitir a busca da auto-realização. Este entendimento dá-se a partir de um conceito amplo, que o considera como a ocupação com qualquer atividade voltada a um fim específico, remunerada ou não, vinculada ou não ao mercado formal de trabalho.

Aspectos Históricos

Esforço empreendido na consecução de um fim, o trabalho é uma atividade tão antiga quanto o empenho do homem em obter a satisfação de suas necessidades, garantindo, assim, sua sobrevivência e a da espécie. Com efeito, ao qualificá-lo como uma das mais antigas experiências humanas, muitos autores mostram sua evolução através dos tempos, de acordo com circunstâncias históricas, bem como a adoção de formas específicas e a aquisição de crescente

complexidade e tecnicidade, características do trabalho sistematizado da era industrial e seu elenco de empregos.

Segundo Oliveira (1987) os primeiros vestígios do que hoje é definido como trabalho podem ser encontrados ainda na pré-história, em formas primitivas de economia.

À época, o trabalho representava um esforço apenas complementar ao ritmo da natureza, baseando-se na coleta e limitando-se a garantir a reprodução biológica da espécie humana. A caça, a pesca e o pastoreio diversificaram as formas de trabalho humano e possibilitaram sua evolução, na medida em que o homem começou a fabricar instrumentos de trabalho.

Deste momento remoto da história até os dias atuais, as formas de execução do trabalho é que se alteraram e se diversificaram, mas **o trabalho enquanto condição humana permaneceu.**

A antiguidade caracterizou-se pela produção agrícola, ligada à propriedade de terras. Os gregos distinguiram entre o esforço do trabalho na terra, a fabricação do artesão e a atividade livre do cidadão que discutia os problemas da comunidade. O trabalho na terra possuía, originalmente, para eles, valor e prestígio, pois estabelecia um elo com a divindade, que rege a fertilidade da terra e os ciclos naturais. De modo semelhante, entre os artesãos, a divisão do trabalho existia com vistas à qualidade do produto e por causa da diversidade das capacidades e dons, e não visando à produtividade.

Na Idade Média o trabalho modificou-se, e, após uma longa persistência da agricultura como atividade básica, teve início uma **diversificação do trabalho**, com o surgimento ou o renascimento de novas atividades; o comércio e o artesanato fortaleceram-se, a pecuária intensificou-se e as cidades novamente floresceram, gerando novas demandas de trabalho e formação de riquezas, num cenário propício à gradativa introdução de elementos que posteriormente culminariam com um novo contexto de relações de trabalho.

O ressurgimento do comércio, a gradativa consciência dos camponeses rumo à liberdade de trabalho, a progressiva utilização do dinheiro e a formação das cidades e da burguesia foram decisivos, entre outros fatores, ao rompimento da velha ordem feudal.

O trabalho artesanal dessa época, segundo Albornoz (1988), caracterizou-se por um aspecto lúdico, na medida em que nele não se obedecia a nenhum motivo ulterior, além da fabricação do produto e dos processos de sua criação. O artesão era livre para organizar seu trabalho quanto ao plano, começo, forma, técnica e tempo. Ao trabalhar, aprendia e desenvolvia seus conhecimentos e habilidades, que impregnavam todo seu modo de viver.

Fromm, de modo semelhante, afirma que, “na história do ocidente, o artesanato, especialmente em seu desenvolvimento durante os séculos XIII e XIV, constitui um dos clímax da evolução do trabalho criador” (1976: 177). O trabalho artesanal não era, pois, apenas uma atividade útil; além disso, trazia em si uma profunda satisfação, pois, em sua realização, os artífices aperfeiçoavam suas potencialidades e destrezas.

À medida que os servos se emanciparam, organizaram o trabalho urbano, tornando-se padeiros, sapateiros, tecelões, etc...,

agrupando estas especialidades nas chamadas corporações de ofícios ou guildas. Também os comerciantes e mercadores uniram-se em corporações ou “ligas”, com o objetivo de controlar o mercado.

Oliveira considera o feudalismo como “a última etapa no processo histórico das formações pré-capitalistas” (1987: 47). Segundo ele, nesse período persistiram formas de coerção, traduzidas pelo trabalho compulsório, sob relações de dominação e de servidão. Os servos possuíam uma relação de dependência que os submetia ao seu senhor: em troca da terra para morar e cultivar, eram obrigados a realizar uma determinada quantidade de trabalho para o proprietário da terra, não sendo, portanto, livres para dispor de sua força de trabalho.

O ingresso na Idade Moderna deu-se acompanhado de importantes modificações estruturais na sociedade e na economia, resultantes do intenso desenvolvimento artesanal e comercial.

A partir do século XVI, gradativamente instalou-se a era capitalista, cujos principais requisitos históricos foram a produção de mercadorias e sua circulação intensificada através do comércio. Nesse período, pelo impacto dos acontecimentos, ocorreram também algumas das alterações mais significativas na concepção do trabalho e em suas atividades predominantes. De acordo com Gomez et al. (1987), a partir do século XVII, o trabalhador passou a adquirir nome e cidadania desde o seu nascimento, pois o “labor”, a forma de trabalho emergente, libertou-o do antigo “tripalium”(sentido pejorativo, de tortura) e o colocou num mercado de trabalho no qual disporá de sua força e comercializa-la-á com o capitalista, em troca de salário.

A Revolução Industrial promove a passagem do trabalho manual para a máquina-ferramenta, do atelier ou manufatura para a fábrica, e pouco a pouco o trabalho cotidiano, a mentalidade, a cultura, enfim, todos os setores da vida são atingidos e transformados. Toda uma gama de novos trabalhos é oferecida, as profissões liberais são transformadas e o setor de serviços cresce.

Fromm (1977) assinala a ocorrência de mudanças significativas também na atmosfera psicológica, decorrentes da evolução econômica do capitalismo. Um sentimento de inquietude começou a impregnar a vida, e o trabalho foi cada vez mais tornando-se o valor supremo. Ao mesmo tempo, o desejo de riqueza e de sucesso material tornou-se a paixão que a tudo absorvia. Para o autor, no entanto, o papel cada vez maior do capital, do mercado e da competição alterou a situação pessoal de todos, trazendo-lhes insegurança, isolamento e ansiedade. Com a rápida industrialização experimentada, firma-se a ideologia do progresso e tem início o processo de submissão do trabalho ao capital, com a gradativa desapropriação dos meios de produção e a decorrente geração da força de trabalho livre.

Para Fromm (1977), com a introdução do trabalho assalariado, clara consequência da Revolução Industrial, o capitalismo libertou o indivíduo da arregimentação do sistema corporativo. Para o autor, no entanto, a mudança psicológica mais importante ocorrida no homem, neste momento, foi a adoção de uma nova atitude face ao esforço e ao trabalho como meta por si mesma. O que houve de novo na

sociedade moderna é que os homens passaram a ser impelidos para o trabalho não tanto por pressão externa, mas por uma compulsão interna que os fazia trabalhar arduamente. Este impulso para trabalhar sem cessar representa, para o autor, uma força de produção fundamental, tão relevante para a evolução do sistema industrial quanto o vapor ou a eletricidade.

Dado o caráter assumido pelo trabalho após a Revolução Industrial, ele se tornou gradativamente mais rotineiro e irreflexivo, à medida que o trabalhador, via de regra, passou a executar tarefas parcelares, limitou-se à execução e foi impedido de visualizar o trabalho ou o produto em seu conjunto. Em conseqüência, modificaram-se não apenas as formas de expressão do trabalho, mas também e principalmente as próprias tendências sociais do homem.

O episódio da modernidade, em razão dos acontecimentos que abarcou, criou, portanto, um contexto propício à consolidação do trabalho-mercadoria, uma simples quantidade de esforço a ser vendida pelo melhor preço obtido. Segundo Schumacher (1980), é característica da moderna sociedade industrial esta destruição do conteúdo e da dignidade da maioria das formas de trabalho, que leva à sua degradação.

Na economia industrial capitalista dos últimos dois séculos, o trabalho passou a ser definido em função da produção social, devendo ultrapassar o nível de subsistência e produzindo um excedente suscetível de transformar-se em riqueza. Enquanto criador de riquezas, subordina-se, portanto, a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a correspondentes organizações técnicas que determinam sua execução e organização e que são produto de relações sociais (Gomez, 1987; Oliveira, 1987).

Como pode ser evidenciado, portanto, tendo aparecido na história com a concepção de intermediar o atendimento às necessidades urgentes da existência, a partir de determinadas circunstâncias o trabalho gradualmente passou a ser criador de riquezas, e totalmente investido de conotação econômica.

Em tais circunstâncias, de acordo com Guerreiro Ramos (1981: 133), “espera-se do homem não que se ocupe adequadamente, nem que se exprima livremente, em relação à tarefa que lhe foi designada: espera-se dele que trabalhe”. Então, o homem passou a ser visto como um componente de uma força de trabalho e se viu transformado de indivíduo em trabalhador: o trabalho passou a significar um instrumento do valor e da dignidade humana, e a distinção entre este e a ocupação passou a ser solapada.

O Significado do Trabalho

Em decorrência do conjunto de acontecimentos que se convencionou chamar de Revolução Industrial, como vimos, alteraram-se o conceito, a natureza e principalmente as formas de organização do trabalho. A partir de então, ocorreram profundas transformações, culminando com o trabalho, nos dias atuais, configurado como atividade desenvolvida predominantemente de forma institucionalizada, mediante pagamento de salários e voltada à

produtividade e obtenção de lucros, sob os auspícios da economia de mercado.

Não obstante a valorização e o “status” atribuídos ao trabalho, no momento em que sua evolução levou-o a voltar-se para fatores como a geração de riquezas, a produtividade, o consumo e a abundância, foi esvaziando-se gradativamente todo o seu significado (Fromm, 1976).

Alterado em sua natureza e em suas formas de organização, o trabalho, em grande parte, deixou de ser uma atividade de realização individual e um esforço que satisfaz, na medida em que é moldado, aperfeiçoado e completado pelo artífice, para transformar-se em mercadoria no mercado universal criado pelo capitalismo vigente. Passou a ser, assim, um processo intensivo de desgaste físico-moral, que levou os trabalhadores à perda da sua independência e à necessidade de produzir fora de casa, sob rigorosa supervisão, já que não mais possuíam a matéria-prima e os instrumentos de trabalho.

Uma das mudanças mais características ocorridas nos últimos dois séculos refere-se à gradativa transformação do trabalho em emprego, que se reporta a trabalho pago em dinheiro, típico, portanto, da lógica capitalista. Guerreiro Ramos (1981) assinala que, enquanto nos contextos pré-industriais as pessoas produziam e tinham ocupações sem serem, necessariamente, detentoras de empregos, na sociedade centrada no mercado de nossos dias, o emprego serve como critério definidor da significação social do indivíduo. Para o autor, o empregado eficiente é um **ator despersonalizado**, no sentido de que os atos que pratica em sua qualidade de detentor de emprego são de importância secundária em relação à sua realização pessoal, pois aceita acriticamente as determinações referentes a seu papel profissional. As atividades a serem desempenhadas são determinadas, em sua maioria, por imperativos externos e não mais por deliberação pessoal dos indivíduos e de acordo com seus desejos de realização pessoal.

Em sua forma atual, o trabalho tornou-se profundamente degradado enquanto valor, ocorrendo a eliminação da criatividade para grande parte dos indivíduos. Ocorreu uma alteração radical do caráter do trabalho, que o tornou um processo singularmente desinteressante e sem significado, que obriga os homens a uma disciplina enervante e embrutecedora, voltada apenas ao aumento da produtividade.

De modo semelhante, com a prevalência da dimensão econômica, o trabalho se destituiu de seu papel de instrumento de legitimação social e, ao confundir-se com o conceito de emprego, passou a significar a detenção de um “status” social, em função do que se faz ou mesmo da dispensabilidade de fazer algo (ócio).

Ocorreu e persiste a interiorização, pelos indivíduos, do conceito burguês de trabalho, o que, segundo Gomez et al. (1987), estrutura uma percepção ou representação que o iguala à detenção de uma ocupação, emprego, função ou tarefa dentro de um mercado de trabalho.

Em conseqüência, perdeu-se sua compreensão como uma relação social básica na definição do modo humano de existência. Portanto, pode-se falar em um conceito ideológico de trabalho que

foi construído dentro de uma perspectiva moralizante e utilitarista, resultando no entendimento das relações capitalistas de trabalho como naturais e necessárias, às quais o indivíduo deve se conformar.

A maioria dos estudos que analisam as profundas transformações por que passa o mundo do trabalho atualmente enfatizam a **necessidade de revisão das condições, contextos e atividades de trabalho**. Segundo Matos, “desde que o taylorismo foi superado como teoria que se procuram significados mais subjetivos para o trabalho, além das recompensas materiais; as relações grupais descobertas por Mayo e os fatores motivacionais de Maslow e Herzberg, entre muitos outros, indicam que os significados subjetivos (do trabalho) podem ser, até mesmo, mais importantes que os objetivos” (1994: 32).

Avaliação semelhante foi realizada por Antunes (apud Krawulski, 1996), cuja pesquisa demonstrou que a adoção de modelos gerenciais participativos pela empresa mostrou-se eficaz na consolidação de uma identidade grupal e individual com a empresa. Assinala a autora que a gerência reconhece ser a busca de participação dos funcionários uma tentativa de absorver a subjetividade do trabalhador (envolver pelo coração).

Bosi (1995), em estudo empírico sobre memória e sociedade, constatou igualmente a presença de um duplo significado subjacente ao trabalho para as pessoas, ao rememorarem seus ofícios: “1) envolve uma série de movimentos do corpo penetrando fundamente na vida psicológica (...), que se acaba confundindo com o próprio cotidiano do indivíduo adulto; 2) simultaneamente com seu caráter corpóreo, subjetivo, o trabalho significa a inserção obrigatória do sujeito no sistema de relações econômicas e sociais” (p. 471) Segundo relato da autora, seus entrevistados detinham-se longamente e de modo prazeroso nos relatos vinculados ao primeiro destes significados, o que, para ela, denota uma maior valorização do significado subjetivo do trabalho.

Estudando a chamada alienação no serviço público, Matos destaca ser ela decorrente da constatação, pelos trabalhadores, da falta de integração do trabalho individual numa produção coletiva com significado social, ocorrendo um esvaziamento do trabalho individual. “A maioria dos funcionários não vê, nem se apropria simbolicamente do resultado do seu trabalho; a fragmentação das tarefas os transforma em simples elos de uma corrente, da qual não conseguem enxergar o início, o fim, nem a finalidade” (1994: 31). Para o autor, não obstante os processos de alienação dos significados do trabalho neste contexto, este nunca perde completamente toda sua significação positiva para os indivíduos, pois, além do significado objetivo (alienante), há que se considerar a **importância simbólica do trabalho** num contexto social onde as atividades profissionais são o núcleo da vida social, dominando pelo menos um terço de todo o tempo disponível.

Como se pode verificar, portanto, além de atender a necessidades de ordem objetiva, o trabalho humano possui um caráter subjetivo, que desempenha papel decisivo como unidade produtora e estruturadora da identidade social.

Codo et al. (1995) destacam, porém, que não apenas o modo como o trabalho é executado (a atividade), mas também o que resulta deste trabalho (o produto) são importantes na construção da identidade humana e ambos os fatores dizem respeito à questão do seu significado e da satisfação obtida por seu intermédio. Segundo eles, “nossa construção como indivíduos e como elementos sociais, através do trabalho, mostra-se particularmente clara na moderna sociedade industrial e liberal. Ser médico, secretária, professor, comerciante, motorista de ônibus ou bancário faz parte indissolúvel de nossa **identidade social (...)**”(p. 317).

Dentro desta concepção, estes autores apresentam o conceito de trabalho vazio, definido como aquele onde há dificuldade ou impossibilidade de construção desta identidade social, motivadas pela **ausência do produto do trabalho**. Em pesquisa feita com trabalhadores bancários, os mesmos autores constataram a vivência deste trabalho vazio por parte dos profissionais entrevistados, que lhes subtrai as possibilidades de identificação com um produto palpável e a chance de se conhecerem e se reconhecerem plenamente no que fazem.

Segundo Sievers (1990), há uma perda do sentido do trabalho, diretamente ligada à crescente divisão e fragmentação de tarefas. Como conseqüência, segundo ele, as teorias motivacionais têm se transformado em sucedâneos na busca do sentido do trabalho. A contribuição deste autor permite questionar a medida em que outras instâncias, como a família ou o lazer, por exemplo, poderiam ocupar papel equivalente ao trabalho na estruturação e funcionamento da vida pessoal. O que se constata é que estas instâncias também cumprem seu papel; entretanto, não podemos desconsiderar que, embora gozando de autonomia relativa, acabam sendo de alguma forma mediadas pela organização produtiva, devolvendo ao trabalho sua função preponderante.

Nos dias atuais, muitos estudiosos referem-se ao aparecimento da “sociedade pós-industrial”, uma previsão social relativa a uma mudança na estrutura e na forma segundo as quais a economia e o sistema ocupacional estão sendo transformados. Prevê-se que nessa sociedade será cada vez maior a especialização do trabalho intelectual, predominantemente voltado aos serviços. De acordo com Berger e Offe (1989), existe hoje uma crescente possibilidade objetiva e uma disposição subjetiva de muitas pessoas para engajarem-se em formas de atividade que divergem acentuadamente da noção normal de trabalho profissional, dependente do assalariamento.

Schumacher (1980) e Sávtchenko (1987) vão além, aventando a perspectiva do término de uma era, pelo fato de as pessoas não mais estarem dispostas a realizar um trabalho monótono e repetitivo por uma remuneração baixa, e ingresso em outra, com a humanização do trabalho e o conseqüente envolvimento pessoal. Para tanto, deverá ser revista a concepção utilitária de trabalho em vigor, que o enxerga apenas como uma necessidade desagradável da qual quanto menos melhor.

Podemos considerar que o significado subjetivo atribuído ao trabalho, no momento da escolha profissional funciona, para os indivíduos, como uma estrutura cognitiva que tem forte impacto

sobre suas percepções, atribuições, sentimentos, moral e valor social, e que indubitavelmente influenciará o próprio comportamento destes indivíduos posteriormente no trabalho, além de possibilitar, de modo mais efetivo, a formação das atitudes coletivas frente às atividades laborais.

Conclusão

É inegável que, em conseqüência de circunstâncias históricas, as relações e as formas de trabalho evoluíram a um ponto que hoje ficam condicionados a mudanças sociais e técnicas muito rápidas, que alteram, por conseguinte, sua concepção, seu significado e até mesmo sua finalidade.

Ao longo dos diferentes momentos históricos paulatinamente foi se delineando seu significado na conjuntura atual e suas perspectivas, bem como sua importância frente a outras atividades humanas.

Resultados obtidos em pesquisa realizada acerca da percepção do conceito de trabalho nos mostraram um momento de transição na representação do trabalho, bem como em seu papel no cotidiano dos sujeitos pesquisados. Constatamos haver uma tendência emergente no sentido de uma re-significação do trabalho e de seu conceito, a partir da qual ele vem deixando de ser visto apenas como algo que sacrifica as horas de folga, que serve unicamente para se obter um salário ou para o preenchimento de necessidades básicas. Segundo o discurso dos respondentes, talvez o trabalho ainda apresente estas características, mas eles não mais o concebem desta forma, ao menos no plano conceitual (Krawulski, 1991).

De modo semelhante, dados de pesquisa realizada por Bastos et al. (1995) indicaram ser o trabalho uma importante esfera da vida, sendo percebido pelos respondentes mais fortemente como um direito e tendo os motivos a ele associados revelado a predominância da função expressiva, paralelamente àquela de ordem econômica.

Essa necessidade de rever o conceito e a própria execução prática do trabalho é uma forma de torná-lo de novo gratificante e significativo, permitindo a reconquista da essência espiritual que lhe é inerente.

Neste sentido, os esforços de identificação do seu significado podem propiciar uma melhor compreensão acerca da relação das pessoas com seu trabalho e da busca de uma postura emancipatória perante ele. Para Fromm (1976), de certo modo isto já ocorre, pois, em nossos dias, é crescente o número de pessoas que voltam às pazes com o seu trabalho, tendo-o como um espaço de criação e aperfeiçoamento das habilidades pessoais-profissionais, num processo de personalização da atividade laboral.

Concluindo, podemos considerar que as perspectivas para o mundo do trabalho em que vivemos hoje configuram-se em dois ângulos. Por um lado, vislumbra-se a possibilidade de uma real diminuição do tempo de trabalho, em função do avanço tecnológico que assumiria grande parte, principalmente das tarefas operacionais, proporcionando mais tempo livre a todos. Por outro lado, postula-se uma profunda modificação na concepção de trabalho, que, uma vez

concretizada, será capaz de gerar mudanças nas suas formas características, nos modos de organização e na finalidade, resgatando os aspectos prazeroso e humano que o trabalho um dia comportou. Seria o destronamento do trabalho, e a adoção de uma justa convivência sua com as demais atividades que preenchem o tempo humano, buscando uma sincronização entre o trabalho e a realização pessoal.

Paralelamente às mudanças contextuais, conceituais e valorativas referentes ao trabalho, assistimos contemporaneamente a uma rápida sucessão de transformações nas profissões, que extingue umas, cria outras, modifica outras tantas e relega algumas à obsolescência ou extinção.

É indispensável, portanto, que os profissionais de Orientação Profissional estejam sintonizados com este fluxo de recodificação dos espaços ocupacionais, acompanhando as mudanças contínuas no mundo do trabalho, informando a clientela e propondo a reflexão sobre a postura a ser assumida, no momento da escolha profissional, quanto ao que se busca e se espera do mundo do trabalho, num processo ativo de construção da identidade profissional.

Acreditamos em um processo de Orientação Profissional calcado na realidade social vigente, e que leve em conta o mercado de trabalho e o modo como as pessoas concebem e se vinculam aos processos de trabalho. Concordamos com Prado Filho (1993) que as práticas de Orientação Profissional efetivam-se como um instrumento social de inserção (ou reinserção) das pessoas no mundo produtivo do trabalho. A escolha profissional, para este autor, constitui fato socialmente significativo porque define a vida das pessoas (ainda que às vezes provisoriamente), condiciona sua inserção social, possibilita a formação de quadros de competência no nível da produção e favorece o engajamento na relação homem x trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALBORNOZ, Suzana. *O que é trabalho* 3. Ed. São Paulo : Brasiliense, 1988.
- BASTOS et al.. Significado do trabalho – um estudo entre trabalhadores inseridos em organizações formais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 6, nov./dez. 1995, p. 20-29.
- BERGER, Johannes & OFFE, Claus. O futuro do mercado de trabalho: a necessidade de complementação de um princípio distributivo fracassado. In: OFFE, Claus. *Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “Sociedade do Trabalho”*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1989. 215 p. v. I.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade Lembranças de velhos* 4. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro : Zahar, 1987.

- BUENO, Francisco da S. *Grande dicionário etimológico-prosódico da língua portuguesa*. São Paulo : Lisa, 1988. V. 8, p. 402
- CODO, Wanderley et al. A síndrome do trabalho vazio em bancários. In: CODO, Wanderley & SAMPAIO, José Jackson C. (orgs.) *Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho* Petrópolis: Vozes, 1995.
- FERRETI, Celso J. *Uma nova proposta de orientação profissional*. São Paulo : Cortez, 1988.
- FRIEDMANN, Georges & NAVILLE, Pierre (orgs.) *Tratado de sociologia do trabalho* S. P. Cultrix/Edusp, 1973. V. I, II.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. 8. Ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1976.
- _____. *O medo à liberdade* 10. Ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1977.
- GOMEZ, Carlos M. et al. *Trabalho e conhecimento : dilemas na educação do trabalhador*. São Paulo Cortez/Autores Associados, 1987.
- GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro : Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- _____. Modelos de homem e teoria administrativa. *Revista de Administração Pública*, R. J. v. 18, n. 2, p. 3-12, abr./jun. 1984.
- KRAWULSKI, Edite. *Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelos trabalhadores de hoje* Florianópolis, 124 p. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.
- _____. *A questão do significado do trabalho uma contribuição ao debate* Florianópolis, UFSC, 1996, 20 p. (não publicado).
- MATOS, Aécio G. de. Alienação no serviço público. *Psicologia Ciência e Profissão* Brasília: Conselho Federal de Psicologia, Ano 14, ns. 1, 2 e 3, p. 28-33.
- OLIVEIRA, Carlos R. de. *História do trabalho* São Paulo : Ática, 1987.
- PRADO FILHO, Kleber. Escolha profissional e atualidade do mercado de trabalho. In: LUCCHIARI, Dulce Helena (org.). *Pensando e vivendo a orientação profissional*. São Paulo: Summus, 1993.
- SÁVITCHENKO, P. *Que é o trabalho?* Moscou : Progresso, 1987
- SCHOECK, Helmut. *Dicionário de sociologia*. 4. Ed. Barcelona : Herder, 1985. p. 730-731.
- SCHUMACHER, E. F. *El buen trabajo* Madrid : Debate, 1980.
- SIEVERS, Burkard. Além do sucedâneo da motivação. *Revista de Administração de Empresas* S. P., v. 30 n. 1, jan./mar., 1990, p. 5-16.